

Mirandiba



001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0196042-1

APELANTE: Erasmo Bastos Gonçalves

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: DRa. MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5729

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTE. APELAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA. DECISÃO CONDENATÓRIA. PLEITOS DE REDUÇÃO DA PENA E APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA DELAÇÃO PREMIADA. IMPOSSIBILIDADE.

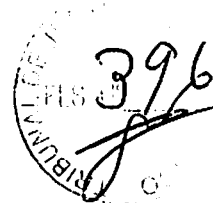
1. As circunstâncias judiciais reclamavam uma pena acima do mínimo permitido. O descolamento da pena mínima ocorreu dentro dos ditames da Legalidade e da Proporcionalidade;
2. A atenuante da confissão foi reconhecida, como também a agravante da reincidência. O Juízo Processante adotou a regra do art. 67 do CP, fato que elevou a pena em mais 06 (seis) meses, não havendo reparo quanto a este aspecto;
3. A delação premiada somente poderá ser aplicada quando houver efetiva contribuição do réu, não se podendo estender o benefício a qualquer informação, sob pena de esvaziar-se o objetivo do instituto. *In casu*, o apelante apenas mencionou o primeiro nome da suposta pessoa que lhe vendera a droga, mas ela não foi identificada justamente por insuficiência de dados;
4. Sentença confirmada, sendo mantidos todos os termos da decisão vergastada. Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0196042-1, oriunda da Vara Única da Comarca de Mirandiba-PE, em que são partes às acima mencionadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores



002



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, em sessão realizada no dia ____/____/____, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa integrar o presente acórdão.

Recife 26 de maio de 2017.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



003



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0196042-1

APELANTE: Erasmo Bastos Gonçalves

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: DRa. MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Erasmo Bastos Gonçalves apelou da sentença condenatória prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Mirandiba-PE, que julgou parcialmente procedente a denúncia e aplicou a pena de 09 (nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 33 caput, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico na modalidade transportar) (fls. 317/332).

Em suas razões a defesa pugnou pela redução da pena para o patamar mínimo, ante a confissão e a colaboração do recorrente. Requereu, por fim, a aplicação da causa de redução de pena prevista no art. 41 da Lei n.º 11.343/06, sob o argumento que o apelante teria fornecido o nome e as características físicas da pessoa que lhe vendeu a droga (fls. 347/354).

Nas contra-razões o apelado pugnou pelo não provimento da apelação (fls. 356/365).

A Douta Procuradora de Justiça, em parecer exarado às fls. 383/385, opinou pela confirmação integral da decisão guerreada.

É o relatório. À Revisão.

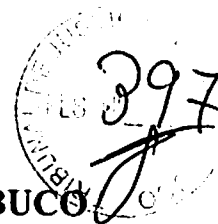
Recife, 20 de março de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima

Relator



004 .



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0196042-1

APELANTE: Erasmo Bastos Gonçalves

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: DRa. MARIA TEREZA DE OLIVEIRA E SILVA

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: DES. MAURO ALENCAR DE BARROS

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores

Inicialmente observo que o apelante foi denunciado e condenado nas penas do artigo 33 caput, da Lei n.º 11.343/06 (tráfico na modalidade transportar). O mesmo foi preso em flagrante delito, por policiais militares, que receberam informações de que o apelante transportava mais de 20 (vinte) quilos de maconha para venda.

Diante desses fatos, os quais foram confessados pelo apelante, o mesmo foi condenado à pena total e definitiva 09 (nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa.

Pois bem.

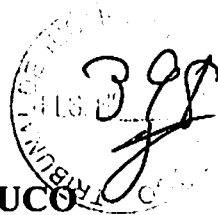
Conforme anunciado no relatório, o primeiro pleito recursal diz respeito à redução da pena.

Para uma melhor análise deste aspecto, trago à colação o seguinte trecho da sentença (fls. 326/329):

“(...) Passo a apreciar as circunstâncias judiciais indicadas no art. 59 do CP. Da dosimetria da pena (sistema trifásico): Atentando-se para o sistema trifásico de aplicação da pena, consagrado no artigo 68 do CP, passo a dosar a pena a ser cominada ao réu: a)



005



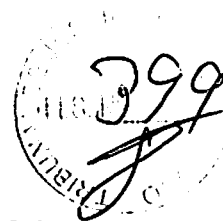
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Das circunstâncias judiciais: Segundo consta dos autos: a.1) a culpabilidade do réu é alta, eis que transportava mais de 20 kg (vinte quilogramas) de maconha e pretendia vender a droga na "favela do Coque", em Recife, região extremamente castigada pela pobreza e pela violência oriunda do comércio ilícito de substâncias entorpecentes; b.1) o réu ostenta maus antecedentes, haja vista o registro de prisão anterior por tráfico de entorpecentes (fl. 22) e o envolvimento em inquéritos policiais e processos criminais decorrentes infrações penais gravíssimas (fls. 170/171); c.1) não há nos autos registro de fatos desabonadores contra a pessoa do réu; d.1) não há nos autos elementos hábeis para proferir um diagnóstico sobre a personalidade do réu; e.1) o crime foi motivado pela busca de lucro derivado do comércio ilegal de drogas; f.1) as circunstâncias não depõem contra ou a favor do réu; g.1) consequências do crime são graves, haja vista o que o narcotráfico representa atualmente; h.1) tratando-se de crimes que atingem toda coletividade, não cabe perquirir sobre a influência do comportamento da vítima para a prática da infração. À vista das circunstâncias acima analisadas, fixo a pena-base do réu ERASMO BASTOS GONÇALVES em 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão e pagamento de 700 dias-multa, fixados a razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo, pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06. b) Atenuantes e agravantes. b.1) A reincidência – agravante. Depreende-se dos autos que o réu cometeu o crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06, após ter sido condenado por crime anterior em sentença transitada em julgado (fl. 170), estando, inclusive, em gozo do benefício de livramento condicional no momento em que foi preso em flagrante. b.2) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime – atenuante. Observa-se que o acusado reconheceu voluntariamente, na seara policial e em juízo, ter transportado maconha, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Em face do concurso entre uma circunstância agravante e outra atenuante, e considerando a diretriz estabelecida no art. 67 do CPB, que confere mais importância a reincidência do que a confissão, aumento a pena



006



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

para 09 (nove) anos de reclusão pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06. c) Causas de diminuição e aumento de pena – Inexistentes (...) Isto posto, torno a pena definitiva do réu ERASMO BASTOS GONÇALVES em 09 (nove) anos de reclusão e pagamento de 700 dias-multa, fixados a razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo, pela prática do crime descrito no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/06 (...)."

Com a leitura do trecho transcrito fica patente que o Juízo sentenciante enfrentou as circunstâncias do art. 59 do CPB, as quais foram desfavoráveis ao apelante, reclamando uma pena acima do mínimo permitido.

É salutar lembrar que o crime de **tráfico de entorpecentes tem pena abstrata de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusão** e que o magistrado aplicou a pena-base um pouco acima desse patamar, fixando-a em 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão, uma vez que as circunstâncias judiciais recomendavam tal atitude. Portanto, as circunstâncias judiciais reclamavam uma pena acima do mínimo permitido, isso em homenagem ao princípio da proporcionalidade.

O Princípio da Proporcionalidade tem base Constitucional e segundo Guilherme Nucci¹ este princípio "quer dizer que as penas devem ser harmônicas com a gravidade da infração penal cometida, não tendo cabimento o exagero, nem tampouco a extrema liberalidade na cominação das penas."

É evidente que em face das circunstâncias judiciais negativas a pena não poderia ser fixada no mínimo legal.

Ressalto que Ada Pellegrini² escreve com maestria acerca da dosimetria da pena fixada sempre no mínimo:

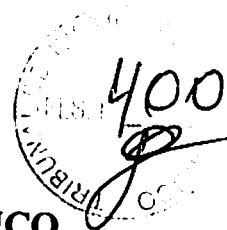
"(...) decorridos mais de cinquenta anos de vigência do Código Penal, em que se deu ao juiz grande poder para exercer importante papel na individualização da pena, isso muitas vezes

¹ Código Penal Comentado. 7ª Edição. RT. P. 45

² As Nulidades no Processo Penal. 9ª Edição. RT. P. 243.



007



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

não tem acontecido, preferindo-se a constante e injusta fixação de penas mínimas, nivelando-se situações e agentes inteiramente diversos (...)." Frisei.

É de bom tom afirmar que a atenuante da confissão foi reconhecida, como também a agravante da reincidência. O Juízo Processante adotou a regra do art. 67 do CP, fato que elevou a pena em mais 06 (seis) meses. Registro que a confissão do apelante se mostrou indiferente, pois ele foi preso em flagrante delito quando transportava a droga apreendida.

A pena tornou-se definitiva em 09 (nove) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, ante a inexistência de causas de aumento ou diminuição de pena.

Neste diapasão, tem-se como correta e irreparável a dosimetria da pena, não havendo razão para modificá-la.

Mantida a pena, resta-me analisar o segundo e último pleito recursal, quanto à Delação Premiada – art. 41 da Lei n.º 11.343/06.

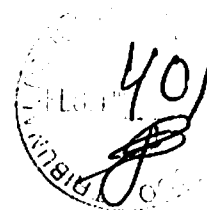
O recorrente sustentou, em síntese, que faz jus a tal benefício, pois teria colaborado esclarecendo o nome de quem lhe vendeu a droga.

Ocorre que este pleito já foi devidamente enfrentado e rechaçado pelo Juízo Monocrático, conforme se vê do seguinte trecho da sentença de folha 328:

"(...) Frise-se, por oportuno, que o réu não faz jus ao benefício previsto no art. 41 da Lei n.º. 11.343/06, pois não é qualquer colaboração que permite a redução da pena de um a dois terços. Com efeito, além de se declarar culpado, é necessário que o réu identifique, com precisão e nas duas fases da persecução penal, os demais co-autores ou partícipes do crime. No caso dos autos, observa-se que na polícia o réu afirmou ter comprado a droga de uma pessoa chamada DJALMA, mas em juízo alegou ter adquirido a mesma de JUNIOR. Ora, além das informações serem divergentes, em nada auxiliaram na identificação do



008



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

fornecedor, eis que o réu não o descreveu fisicamente, não indicou seu endereço, local de trabalho, nome de familiares ou qualquer outro dado que pudesse individualizá-lo melhor (...)"

É patente a inexistência de colaboração do apelante, tanto que somente ele foi condenado.

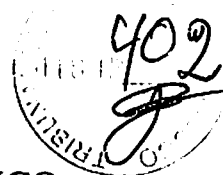
Pelas circunstâncias que este crime são cometidos, e, levando-se em consideração que o local do crime é conhecido como o "Polígono da Maconha", tem-se como presumível que ele sabia, com detalhes, quem era a pessoa que lhe forneceu a droga e a quem ele iria repassar o entorpecente, mas silenciou. Não colaborou para a efetiva identificação e punição dos demais envolvidos. **Em consequência, não faz jus aos benefícios da delação premiada, conforme entendimento pacificado deste Tribunal:**

"(...) O benefício da delação premiada somente tem lugar quando há contribuição efetiva do réu para com a Justiça, não se podendo estender o benefício a qualquer informação, sob pena de esvair-se o real sentido da norma. No caso dos autos, a informação prestada pelo paciente não contribuiu de forma eficaz para a prisão de seu comparsa ou na apreensão de maior quantidade de tóxico, não cabendo ao paciente o direito à respectiva causa de diminuição da pena (...)" (Habeas Corpus N.º 160374-5 – Relator Des. Mauro Alencar de Barros - 2ª Câmara Criminal do TJ-PE – Julgado em 28/11/2007).

"(...) Para a configuração da delação premiada não basta a admissão, por parte do réu, da prática do crime a ele imputado e a mera indicação de um único co-autor, sendo necessário o fornecimento de informações eficazes, capazes de contribuir para a identificação de todos os comparsas e dos detalhes que possibilitem o Estado desbaratar a trama delituosa (...)" (Apelação Criminal n.º 165106-7 – Relator Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima - 4ª Câmara Criminal do TJ-PE – Julgamento em 8/4/2009).



009



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Diante do exposto e em consonância com a Procuradoria de
Justiça, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



010

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



APELAÇÃO CRIME: Nº 196.042-1 – Mirandiba (Vara Única)
APELANTE: **ERASMO BASTOS GONÇALVES**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antônio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu **ERASMO BASTOS GONÇALVES** (vulgo "Zominho"), inconformado com a sentença (fls. 317/332) do Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Mirandiba, que o condenou à pena de 09 (nove) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e ao pagamento de 700 (setecentos) dias-multa, por infringência ao art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico de drogas).

A Defesa recorreu (fls. 347/354) alegando que diante da confissão e colaboração voluntária do acusado, a pena deveria ser aplicada no mínimo legal. Ainda, aponta que só cometeu o delito por estar precisando de dinheiro e que sua conduta social é tida como boa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

011

404
J

O Ministério Público de primeira instância pugnou pela manutenção da sentença nas contra-razões (fls. 138/139) e a Procuradoria de Justiça proferiu parecer pelo improvimento do recurso (fls. 383/385).

Relatório às fls. 388.

Passo à análise dos argumentos.

Inicialmente, verifico que o apelante não questiona a condenação, mas tão somente a pena aplicada.

Sendo assim, passo a apreciar a dosimetria da pena.

Ao analisar as circunstâncias judiciais, verifico que o Juiz sentenciante considerou a culpabilidade exarcebada, ante quantidade da droga transportada (mais de 20kg de maconha), a existência de maus antecedentes, em razão do registro de prisão anterior também por tráfico de drogas, bem como o envolvimento do acusado em inquéritos policiais e processos criminais decorrentes de infrações penais gravíssimas (dentre elas homicídio consumado, quadrilha, tentativa de homicídio, diparo de arma de fogo e tráfico), a motivação pelo lucro fácil derivado do comércio ilegal de droga, bem como a gravidade das consequências do delito, aplicando, por fim, a pena base em 08 (oito) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 700 dias-multa.

Tendo a Lei nº 11.343/06 estabelecido para o delito do art. 33, a penalidade mínima de 5 anos de reclusão e máxima de 15 anos de reclusão, entendo que a pena-base fixada pelo Magistrado encontra-se num patamar razoável, considerando as circunstâncias judiciais negativas acima identificadas.

Ressalte-se que quanto à conduta social, considerou o Magistrado que "*não há nos autos registro de fatos desabonadores contra a pessoa do réu*" (fl. 327). Sendo assim, pode-se verificar que não houve valoração negativa.

Quanto a motivação, é certo que não se pode ter por "justificada" ante o argumento de que o réu estava precisando de dinheiro. Tal argumento não pode servir de motivação válida para ninguém cometer delitos. E sendo assim,

M



utilizar a criminalidade para se conseguir objetivos financeiros deve ser considerada uma circunstância judicial negativa.

No tocante à confissão, é certo que foi considerada pelo Juízo sentenciante, no entanto, em sendo analisada juntamente com a reincidência, na segunda fase da dosimetria, de forma fundamentada, o Juiz valorou um pouco mais esta última, o que resultou num aumento da pena em 06 (seis) meses, como se pode observar deste trecho da sentença:

"b) atenuantes e agravantes

b.1) A reincidência – agravante

Depreende-se dos autos que o réu cometeu o crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei nº. 11.343/06, após ter sido condenado por crime anterior em sentença transitada em julgado (fl. 170), estando, inclusive, em gozo de benefício de livramento condicional no momento em que foi preso em flagrante.

b.2) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime – atenuante

Observa-se que o acusado reconheceu voluntariamente, na seara policial e em juízo, ter transportado maconha, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Em face do concurso de uma circunstância agravante e outra atenuante, e considerando a diretriz estabelecida no art. 67 do CPB, que confere mais importância a reincidência do que a confissão, aumento a pena para 09 (nove) anos de reclusão pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei nº. 11.343/06"

Como se vê, não há como ser alterada a dosimetria, por encontrar-se em conformidade com as disposições trazidas pelo art. 67 do CP, que traz a seguinte redação:

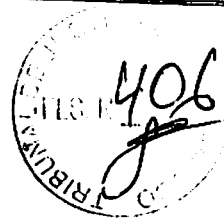
Art. 67. No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

No tocante à alegação do apelante que tem direito à redução da pena em razão da colaboração realizada em conformidade com o art. 41 da Lei nº. 11.343/06, cujo benefício é conhecido como delação premiada, verifico que o Juiz apreciou a questão, conforme se vê do trecho da sentença abaixo compilado:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

013



"Frise-se, por oportuno, que o réu não faz jus ao benefício previsto no art. 41 da Lei nº. 11.343/06, pois não é qualquer colaboração que permite a redução da pena de um a dois terços.

Com efeito, além de se declarar culpado, é necessário que o réu identifique, com precisão e nas duas fases da persecução penal, os demais co-autores ou partícipes do crime.

No caso dos autos, observa-se que na polícia o réu afirmou ter comprado a droga de uma pessoa chamada DJALMA, mas em juízo alegou ter adquirido a mesma de JUNIOR. Ora, além das informações serem divergentes, em nada auxiliaram na identificação do fornecedor, eis que o réu não o descreveu fisicamente, não indicou seu endereço, local de trabalho, nome de familiares ou qualquer outro dado que pudesse individualizá-lo melhor."

Decerto, importa esclarecer que o Magistrado, de forma correta, deixou de reconhecer o benefício da delação premiada, uma vez que tal instituto somente tem lugar quando há contribuição efetiva do réu para com a Justiça, na forma como dispõe o art. 41 da Lei nº 11.343/06:

Art. 41. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.

Como se vê dos autos, o paciente apenas mencionou o primeiro nome de quem lhe vendeu a droga, informando outro nome para o comparsa quando ouvido no interrogatório, em nada contribuindo para que tal pessoa fosse efetivamente localizada e processada, desmerecendo, portanto, o reconhecimento do benefício da delação premiada e a consequente redução da pena.

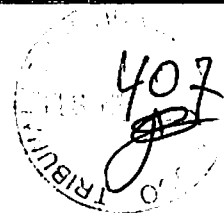
A Jurisprudência vem reconhecendo que os benefícios envolvendo a delação premiada estão sempre relacionados à uma efetiva contribuição do informante/acusado para com o Estado, seja no sentido do dismantelamento da quadrilha, ou na localização dos criminosos, ou apreensão do produto do crime, etc. É o que se pode verificar dos julgados abaixo:

"A informação declinada pelo acusado não contribuiu de forma eficaz para a prisão das pessoas supostamente envolvidas ou na apreensão de maior quantidade de tóxico. Não se pode estender o benefício a qualquer informação, menos ainda quando

MA



014



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

incomprovada, sob pena de esvair-se o real sentido da norma.(...)" (TJRS, Apelação Crime Nº 70015711575, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Antônio Hirt Preiss, Julgado em 07/12/2006)

"(...)II. Hipótese em que se pleiteia, em favor do paciente condenado pela prática de crime de latrocínio, a incidência da delação premiada prevista no art. 8º, § único, da Lei n.º 8.072/90.

III. Referido dispositivo legal se aplica exclusivamente aos casos em que, praticados os delitos de que cuidam a referida lei, por meio de quadrilha ou bando associados para tal fim, **este ou aquela sejam desmantelados em razão de denúncia feita por partícipe e associado (...)"** (HC 62.618/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 17.10.2006, DJ 13.11.2006 p. 283) Grifos nossos

"(...) 2. "A regra do § 4º do artigo 159 do Código Penal, acrescentada pela Lei nº 8.072/90, pressupõe a delação à autoridade e o **efeito de haver-se facilitado a liberação do seqüestrado**" (STF, HC 69.328/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 05/06/1992). (...)" (REsp 223.364/PR, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 30.06.2005, DJ 22.08.2005 p. 349) Grifos nossos

Assim sendo, em face da informação desencontrada prestada pelo acusado (identificando dois nomes diferentes para quem havia lhe vendido a droga), que efetivamente em nada contribuiu para a prisão da referida pessoa pela polícia ou apreensão de maior quantidade de tóxico, entendo ser inaplicável o benefício legal da delação premiada previsto no art. 41 da Lei 11.343/06.

Assim sendo, concordando com os termos do Parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pelo improvimento do apelo**, para que a sentença seja mantida em sua integralidade.

Recife, 26 de 05 de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor